



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

**15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza**

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fortaleza-CE.

**E-mail:** for.15fazenda@tjce.jus.br

**Telefone:** (85)3492 8063

---

**Processo:** 0233645-84.2023.8.06.0001

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**Assunto:** [Tratamento médico-hospitalar]

**Parte Autora:** MARIA DE FATIMA DA SILVA TELES e outros

**Parte Ré:** ESTADO DO CEARA e outros

**Valor da Causa:** RR\$ 785.098,80

**Processo Dependente:** []

---

**SENTENÇA**

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Pedido de Tutela de Urgência Liminar com Preceito Cominatório movida por **MARIA DE FÁTIMA DA SILVA TELES**, neste ato representado por seu filho, Sr. FRANCISCO WELLINGTON TELES DE PAULA, atualmente com 64 (sessenta e quatro) anos de idade, em face do **MUNICÍPIO DE FORTALEZA e ESTADO DO CEARÁ**, na qual pleiteia antecipação de tutela consistente no fornecimento, de forma urgente, de cuidados em leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Clínica – prioridade 2, em Hospital Terciário com instalações adequadas e que disponha de suporte em neurologia e nefrologia, por tempo indeterminado, assim como adequado transporte do local em que se encontra para a unidade hospitalar com leito de UTI (UTI MÓVEL). Acaso aleguem falta de vagas, que custeiem a internação da parte autora em leito de UTI de hospital da rede privada de saúde, sob pena de desobediência.

Informa a autora, em síntese, que se encontra internada no Hospital Distrital Gonzaga Mota (Barra do Ceará), desde o dia 15/05/2023, com diagnóstico prévio de pneumonia adquirida na



comunidade (CID-10 J15.0), evoluindo para piora clínica, rebaixamento do nível de consciência. Que de acordo com o laudo médico em anexo (pág. 30), o(a) requerente necessita ser transferido, com urgência, para um hospital terciário com serviço de neurologia, nefrologia e Unidade de Terapia Intensiva – UTI, UTI Clínica – Prioridade 02, a fim de se obter melhor suporte para o caso, uma vez que a paciente faz dialítica crônica, hemodiálise (CID Z99.2) e está com quadro de demência aguda (CID F02.0) possivelmente por infecção generalizada (sepsis foco pulmonar – CID 10 J18.9).

Em sede de plantão judiciário fora proferida a Decisão Interlocutória de ID nº 59794853, a qual concedeu a tutela requestada. Após ratificada no ID. 59815371.

O Município de Fortaleza apresentou defesa, conforme ID. 60314575 e informou que a parte autora veio a óbito.

Comprovante de situação cadastral confirmando o óbito do requerente (Id. 64275174).

#### **É o relatório. Decido.**

No curso do procedimento, por meio do qual buscava a parte autora obter providência de caráter personalíssimo, mediante pesquisa realizada junto a Receita Federal, a situação cadastral da autora consta “TITULAR FALECIDO” (Id. 64275174), conforme apresentado no documento em anexo, a motivar a extinção do feito, sem resolução do mérito, em razão da intransmissibilidade do direito perseguido. Julgo, portanto, **extinto** o presente feito com arrimo no art. 485, IX, do CPC/2015. Mesmo observando o princípio da causalidade, deixo de condenar a parte ré em custas, ante o disposto no art. 5º, I, da Lei estadual nº 16.132/16. **Condeno, individualmente**, ao pagamento de honorários de sucumbência, aqui fixados (art. 85, §§ 2º e 8º, CPC) em R\$ 1.000,00 o Município de Fortaleza e o Estado do Cear, em razão do reduzido grau de complexidade da demanda e da consolidação do entendimento segundo o qual causas que envolvem debate quanto ao direito à saúde possuem proveito econômico inestimável, segundo orientação firme do STJ e TJCE, visto que restou superada a Súmula nº 421 do STJ pelo julgado do STF, Plenário. RE 1.140.005/RJ, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 26/06/2023 (Repercussão Geral – Tema 1.002) . Arbitramento que leva em conta o reduzido grau de complexidade da causa, a consolidação do entendimento a respeito da matéria e o fato de que seu objeto diz respeito ao direito à saúde, de proveito econômico inestimável. (1) Publique-se, e intime-se. A intimação da(s) parte(s) ré(s) será por portal e fixando prazo de 30 dias úteis. A intimação do antigo representante judicial da parte autora dar-se-á mediante portal, fixando prazo de 30 dias. (2) À SEJUD para, sendo caso de decurso, certificar eventual decurso do prazo para recurso voluntário e o trânsito em julgado. (3) Certificado o trânsito em julgado, aguarde-se por 5 dias o ingresso, por parte do interessado, de pedido de cumprimento de sentença quanto à obrigação de pagar, devidamente acompanhado das informações bancárias exigidas no art. 26 da Res/OETJCE nº 29/2020 (DJE - quinta-feira, 17-12-20). (4) Não havendo pedido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

**BRUNO GOMES BENIGNO SOBRAL**

**Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública**

